



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

INOVAÇÃO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DESIGN THINKING E MÉTODOS ÁGEIS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES E PARTICIPATIVAS

Vanusa Vissozi de Oliveira¹
Solange Emilene Berwig²

Resumo: O artigo aborda a aplicação do Design Thinking e dos métodos ágeis na gestão das políticas públicas de assistência estudantil, evidenciando sua contribuição para a construção de soluções mais eficazes, participativas e centradas nas necessidades dos estudantes. Em um contexto educacional complexo e dinâmico, essas metodologias promovem experimentação contínua, colaboração interdisciplinar e flexibilidade para adaptação rápida às demandas emergentes. Diferentemente dos modelos tradicionais, caracterizados pela rigidez burocrática, os métodos ágeis possibilitam ciclos curtos de prototipagem e ajustes, além de estimular a participação ativa de estudantes e gestores. A adoção dessas abordagens potencializa a resiliência das políticas públicas, amplia sua legitimidade social e exige uma transformação cultural na gestão pública, incluindo o desenvolvimento de novas competências e a formação de equipes interdisciplinares. Assim, a inovação contínua e estratégica torna-se imprescindível para enfrentar os desafios da permanência estudantil, garantindo equidade e qualidade no ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: Design Thinking. Métodos Ágeis. Políticas Públicas. Assistência Estudantil. Inovação.

INTRODUÇÃO

A política de assistência estudantil no Brasil tem como objetivo assegurar condições para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes na educação superior pública, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, os desafios decorrentes da complexidade do contexto educacional, das mudanças sociais e da diversidade de perfis estudantis impõem a necessidade de repensar a forma como as ações dessa política são elaboradas e implementadas.

A democratização do acesso ao ensino superior e a ampliação da presença dos estudantes em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) representam desafios e oportunidades para a formulação de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, a assistência estudantil emerge como um componente essencial para garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica. No entanto, a complexidade das demandas atuais exige que as ações de assistência sejam não apenas bem planejadas, mas também capazes de se adaptar às mudanças rápidas e às necessidades específicas de cada comunidade universitária.

¹ Mestranda na Universidade Federal do Pampa no programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6095-6870>. E-mail: vanusa.vissozido@gmail.com

² Doutora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6964-044X>. E-mail: solangeberwig@unipampa.edu.br



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

Nos últimos anos, têm se observado uma crescente incorporação de metodologias de inovação e gestão ágil nas políticas públicas, incluindo o setor educacional. Essas abordagens contribuem para que a implementação de ações seja mais eficiente, participativa e orientada por evidências concretas de impacto. Nesse cenário, o Design Science Research, o Design Thinking, destacam-se como metodologias que promovem a inovação, a empatia com os usuários e a fundamentação baseada em dados e evidências, transformando a forma de planejar e desenvolver políticas de assistência estudantil.

A adoção dessas metodologias permite às instituições não apenas responder às demandas atuais de forma mais eficaz, mas também se antecipar às necessidades futuras, promovendo uma cultura de inovação, experimentação e aprendizagem contínua. Assim, compreender e aplicar esses métodos no contexto do ensino superior brasileiro pode representar um avanço significativo na qualidade e na efetividade das ações de assistência, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e socialmente relevante. Este artigo, portanto, propõe refletir sobre a importância do uso integrado de métodos ágeis, Design Thinking e Design o Design Science Research na implementação de ações de assistência estudantil nas IFES, destacando as potencialidades e desafios de sua aplicação nesse campo.

No âmbito do projeto de pesquisa sobre a Assistência Estudantil, a articulação dos métodos de design, particularmente o Design Thinking, na política de assistência estudantil pode representar uma abordagem inovadora e centrada no usuário para identificar, compreender e resolver desafios específicos relacionados ao bem-estar dos estudantes. O Design Thinking, ao contrário de métodos tradicionais, não é uma fórmula pronta e testada, mas sim uma abordagem flexível que busca explorar criativamente soluções para questões complexas.

Inicialmente é crucial para a compreensão profunda das necessidades dos estudantes. Neste contexto, a equipe de assistência estudantil pode mergulhar na vida dos beneficiários, estudar seus padrões, necessidades e desafios específicos. O contato direto com os estudantes, por meio de entrevistas e observações, possibilita uma coleta de informações que ajudaria a compreender as nuances de suas experiências.

É importante a realização de trocas, envolvendo não apenas a equipe de assistência estudantil, mas também os próprios estudantes. Essa colaboração multidisciplinar pode resultar em ideias inovadoras para abordar problemas específicos, promovendo a participação ativa dos beneficiários na criação de soluções. É importante também a criação de protótipos para testar e



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

validar as ideias geradas, ou seja, protótipos de soluções permitiria uma avaliação prática da viabilidade e eficácia das propostas, envolvendo novamente os estudantes no processo de feedback. Por fim a implementação das soluções escolhidas, nesta fase a política de assistência estudantil, baseada nas conclusões do Design Thinking, poderia ser remodelada, proporcionando um serviço mais alinhado às reais necessidades dos estudantes.

Neste cenário, abordagens como o Design Thinking (DT) e os métodos ágeis emergem como alternativas inovadoras que podem contribuir significativamente para o aprimoramento da assistência estudantil. Ambas as metodologias privilegiam a centralidade do usuário, a experimentação contínua, a colaboração entre diferentes atores e a adaptabilidade frente a contextos dinâmicos e incertos.

Este estudo tem como objetivo discutir a potencialidade do Design Thinking, do Design Science Research e dos métodos ágeis na construção de políticas públicas de assistência estudantil mais efetivas, participativas e legitimadas, a partir da revisão da literatura e da análise crítica dos princípios e aplicações dessas abordagens. Este estudo foi elaborado a partir das reflexões teóricas realizadas no componente curricular Design e métodos ágeis para as Políticas Públicas ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) a partir das literaturas deste componente, trata-se, portanto, de um texto resultado de revisão teórica com amostra intencional (Marconi; Lakatos, 2005) focada no estudo do Design Thinking, Design Science Research e Abordagem Ágil.

INOVAÇÕES METODOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: INTERLOCUÇÕES ENTRE *DESIGN THINKING*, DESIGN SCIENCE RESEARCH E ABORDAGEM ÁGIL

DESIGN THINKING - A incorporação do Design Thinking (DT) na implementação de ações de políticas de assistência estudantil apresenta uma abordagem inovadora capaz de promover soluções mais humanizadas, eficazes e alinhadas às necessidades reais dos estudantes. Segundo Cavalcante, Mendonça e Brandalise (2019), o DT prioriza uma cultura de inovação que valoriza a compreensão aprofundada do problema e a construção de soluções, características fundamentais para aprimorar ações de assistência estudantil.

Inicialmente, o DT permite que gestores e equipes envolvidas na formulação dessas políticas adotem uma abordagem mais empática ao escutar diretamente os estudantes,



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

identificando suas necessidades, dificuldades e expectativas. Como destacam os autores, o foco no ser humano é central: “o desafio de incorporar esse princípio do foco no ser humano ao processo de desenvolvimento de políticas públicas” (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019, p. 23). Tal escuta ativa possibilita o desenho de ações mais inclusivas, considerando a diversidade de realidades enfrentadas pelos estudantes.

Além disso, o uso de metodologias de prototipagem e testes de soluções, comuns no DT, permite experimentar alternativas em pequena escala antes da implementação definitiva. Essa estratégia possibilita testar diferentes formatos de auxílio financeiro, acompanhamento psicológico ou ações de apoio acadêmico, ajustando-os conforme o retorno dos estudantes. “Há um espaço importante inexplorado, prévio à etapa-piloto, em que a prática da prototipagem muito poderia contribuir para subsidiar processos de escolha e ajustes finos” (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019, p. 17).

Outro aspecto relevante do DT é sua capacidade de romper os silos organizacionais e promover a colaboração entre diferentes atores envolvidos na assistência estudantil, como estudantes, docentes, gestores e representantes da sociedade civil. Essa abordagem colaborativa favorece a cocriação de soluções legitimadas e efetivas, promovendo o engajamento e o sentimento de pertencimento dos estudantes. Isso contribui para “uma maior aproximação entre sociedade e burocracia, bem como em maior engajamento e visão de propósito por parte dos formuladores de políticas públicas” (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019, p. 23).

A aplicação do DT também confere maior flexibilidade às equipes gestoras diante das incertezas e complexidades do contexto educacional. A experimentação constante e a adaptação tornam o processo de implementação mais dinâmico e responsivo às mudanças, ampliando a efetividade e legitimidade dos programas. A cultura de inovação contínua promovida pelo DT valoriza o aprendizado a partir de falhas, permitindo ajustes iterativos que atendam às especificidades regionais e escolares.

Dessa forma, a integração de ferramentas do DT favorece a visualização de soluções capazes de superar limitações estruturais e burocráticas tradicionais. A realização de ações piloto com avaliações participativas reduz riscos e permite a identificação de boas práticas a serem escaladas posteriormente, fortalecendo a inclusão social e o protagonismo estudantil.

A implementação do Design Thinking nas políticas públicas, especialmente na assistência estudantil, requer uma mudança cultural profunda e uma reformulação do paradigma



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

tradicional de gestão. Isso implica romper com a visão normativa e de controle que historicamente caracterizou a administração pública, adotando uma perspectiva mais aberta, colaborativa e centrada no ser humano (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019, p. 6).

Para essa transformação, é essencial desenvolver habilidades multidisciplinares, promover o trabalho colaborativo e valorizar a diversidade de perspectivas. Tais elementos são fundamentais para incorporar o foco nas necessidades humanas e facilitar a cocriação de soluções que respondam à complexidade e incerteza do cenário atual. A formação de equipes capacitadas para pensar de modo inovador e integrado é, portanto, condição necessária ao sucesso da abordagem (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019, p. 23).

A adoção do DT, ao fortalecer a legitimidade, a eficiência e o impacto social das políticas de assistência estudantil, contribui diretamente para a redução das desigualdades educacionais e a promoção de maior equidade no acesso à educação de qualidade (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019, p. 18).

DESIGN SCIENCE RESEARCH – A abordagem do Design Research (DSR) tem se mostrado uma importante contribuição para a resolução de problemas complexos na administração pública, especialmente quando aplicada em contextos marcados pela incerteza e pela multiplicidade de atores envolvidos. Segundo Koerich e Alperstedt (2018, p. 956) o DSR possui um caráter prescritivo que vai além da mera exploração e descrição da realidade, propondo o desenvolvimento de artefatos — soluções concretas — que visam atender às necessidades específicas dos atores impactados pelo problema público.

No âmbito da política de assistência estudantil, o emprego do DSR pode favorecer uma compreensão ampliada e mais fidedigna dos desafios enfrentados pelos estudantes, pois pressupõe a participação ativa desses atores no processo de delimitação, análise e diagnóstico do problema (Koerich; Alperstedt, 2018, p. 959). Tal envolvimento é fundamental para a proposição e desenvolvimento de soluções efetivas, oportunizando uma interação contínua entre o pesquisador e o objeto de estudo, e promovendo alternativas adaptadas à complexidade do contexto brasileiro.

Além disso, os autores destacam que o paradigma interpretativista adotado no DSR possibilita que a construção do conhecimento se realize conjuntamente com os que vivenciam o problema, enfatizando a necessidade de desenvolver artefatos que sejam efetivamente



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

orientados à satisfação das demandas daqueles diretamente afetados, como é característico das políticas públicas em contextos de alta complexidade (Koerich; Alperstedt, 2018, p. 966).

Dessa forma, no contexto da política de assistência estudantil, marcada por desafios estruturais e situações complexas, o DSR oferece um framework metodológico que privilegia a ação colaborativa e possibilita o fechamento do ciclo entre teoria e prática, ao viabilizar a criação, o desenvolvimento e a comunicação de artefatos eficazes para a melhoria das condições educacionais e institucionais (Koerich; Alperstedt, 2018, p. 967).

Em suma, a aplicação dos conceitos e princípios do DSR à política de assistência estudantil promove um avanço significativo na capacidade de produção de soluções inovadoras e contextualizadas, contribuindo para a superação das limitações institucionais tradicionais na administração pública brasileira.

MÉTODOS ÁGEIS -A crescente complexidade das demandas no setor público exige abordagens inovadoras para a gestão de políticas e programas sociais. A incorporação dos métodos ágeis surge como estratégia eficaz para otimizar processos, garantir maior participação dos usuários e aprimorar a entrega de valor público (Ferrarezi; Lemos, 2018).

A Imersão Ágil, segundo Ferrarezi e Lemos (2018), constitui uma metodologia para rápida checagem da realidade, envolvendo especialistas, usuários e demais atores para compreender os problemas e construir soluções colaborativas. Essa abordagem se mostra particularmente útil na política de assistência estudantil, que enfrenta desafios relacionados à heterogeneidade das necessidades dos beneficiários e à volatilidade do cenário socioeconômico.

A aplicação dos métodos ágeis permite que gestores conduzam processos iterativos, promovam prototipagem rápida e incorporem feedback constante dos estudantes, favorecendo a adaptação contínua das ações às demandas reais (Ferrarezi; Lemos, 2018, p. 7-8). Caracterizados pelo foco no usuário, pela colaboração multidisciplinar e pelo aprendizado em ciclos curtos, esses métodos oferecem maior transparência e engajamento dos diversos atores envolvidos.

Em contraste com a gestão tradicional, frequentemente burocrática e inflexível, os métodos ágeis oferecem a flexibilidade necessária para testar novos conceitos, ajustar protocolos e realinhar prioridades conforme os resultados das etapas experimentais (Ferrarezi; Lemos, 2018, p. 26). Além disso, facilitam o enfrentamento dos desafios políticos e institucionais, ao criar um ambiente de experimentação controlada, onde evidências e dados



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

coletados diretamente com os estudantes e operadores das políticas informam a gestão (Ferrarezi; Lemos, 2018, p. 30).

A adoção dos métodos ágeis, portanto, potencializa a construção de políticas públicas mais resilientes, centradas nas necessidades dos cidadãos e orientadas por uma cultura de inovação e aprendizagem contínua (Ferrarezi; Lemos, 2018, p. 4-5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento das complexidades inerentes às políticas de assistência estudantil requer abordagens metodológicas que superem os modelos tradicionais centrados em planejamentos lineares e controle burocrático. Neste sentido, práticas oriundas do campo do design, como o Design Thinking (DT), o Design Science Research (DSR) e os métodos ágeis, têm se mostrado promissoras para o aprimoramento da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à permanência e ao sucesso dos estudantes.

A perspectiva do Design Thinking traz uma ruptura significativa em relação aos modelos clássicos de gestão pública ao incorporar a empatia, a cocriação e a experimentação iterativa como eixos centrais do processo de inovação (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019). Essa abordagem reconhece que a realidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade social exige respostas adaptativas, sensíveis às suas experiências concretas. Nesse sentido, ao substituir o paradigma da previsibilidade pela escuta ativa e pela prototipagem de soluções, o DT permite maior inclusão dos estudantes enquanto agentes ativos na construção das políticas (Cavalcante; Mendonça; Brandalise, 2019), fortalecendo uma gestão pública mais democrática e responsiva.

Complementarmente, o Design Science Research (DSR) contribui com um quadro epistemológico e metodológico orientado à resolução de problemas complexos através do desenvolvimento de artefatos inovadores (Koerich; Alperstedt, 2018). Ao adotar um paradigma interpretativista, o DSR prioriza a construção conjunta do conhecimento, possibilitando que os próprios estudantes e demais atores envolvidos participem das etapas de diagnóstico, formulação e validação de soluções. Trata-se, portanto, de uma abordagem que fecha o ciclo entre teoria e prática, gerando produtos e intervenções concretas capazes de modificar positivamente as condições institucionais e educacionais (Koerich; Alperstedt, 2018).



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

Nesse panorama de transformação, os métodos ágeis, originalmente desenvolvidos no campo da engenharia de software, têm sido adaptados para o contexto da administração pública, com foco em respostas rápidas, prototipagem contínua e entrega incremental de valor público (Ferrarezi; Lemos, 2018). No caso da assistência estudantil, a aplicação da Imersão Ágil viabiliza ciclos curtos de experimentação e refinamento de políticas, com intensa participação dos estudantes e servidores públicos. Essa lógica favorece o desenvolvimento de soluções ajustadas às demandas reais, além de otimizar recursos e reduzir riscos, ao promover testes prévios antes da implementação em larga escala (Ferrarezi; Lemos, 2018, p. 30).

Observa-se, assim, uma confluência entre essas três abordagens: todas priorizam a centralidade no usuário, a colaboração interdisciplinar e a capacidade adaptativa das soluções. Quando aplicadas de forma integrada à política de assistência estudantil, essas metodologias representam uma mudança de paradigma, deslocando a ênfase da previsibilidade para a experimentação, da imposição top-down para a cocriação horizontal e da burocracia rígida para a agilidade responsiva. Trata-se de um movimento em direção a uma política pública mais humana, inovadora e alinhada aos desafios contemporâneos da educação superior.

O presente artigo demonstrou que o Design Science Research, o Design Thinking e os métodos ágeis oferecem contribuições relevantes para a inovação na gestão das políticas públicas de assistência estudantil. Sendo que as duas últimas abordagens promovem a centralidade do estudante, a experimentação contínua, a colaboração e a adaptação frente a realidades complexas.

A aplicação dessas metodologias representa não apenas uma mudança técnica, mas uma transformação cultural na gestão pública, exigindo a reformulação de práticas enraizadas e o desenvolvimento de novas competências. Ao integrar princípios como empatia, cocriação, prototipagem e interação, a assistência estudantil pode evoluir para um modelo mais eficaz, participativo e alinhado às demandas de uma sociedade plural.

A análise apresentada evidencia o potencial transformador da integração de metodologias de design, especialmente do Design Thinking e abordagens ágeis, na formulação e implementação de políticas de assistência estudantil. Desde a compreensão aprofundada das necessidades dos estudantes por meio de técnicas qualitativas, até o desenvolvimento de soluções inovadoras, colaborativas e interativas, observa-se um movimento consistente em direção a uma gestão mais centrada no usuário e adaptativa às dinâmicas atuais do ambiente



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

educacional. A adoção de tais metodologias não só aprimora a qualidade das políticas públicas, mas também reforça a cultura de participação, diálogo aberto e inovação institucional.

Destaca-se, ainda, que a implementação de processos de cocriação e o uso de tecnologias digitais, como inteligência artificial e big data, podem ampliar significativamente a eficiência e a escalabilidade dessas políticas. Essas ferramentas oferecem possibilidades de análise preditiva, personalização de ações e otimização de recursos, contribuindo para uma maior inclusão e sustentabilidade das ações de assistência estudantil. Contudo, é imprescindível que tais avanços tecnológicos sejam acompanhados por uma forte ênfase na formação profissional contínua, capacitando gestores e atores envolvidos a utilizarem essas ferramentas de forma crítica, ética e responsável.

Para os gestores públicos e formuladores de políticas, uma recomendação central é promover uma cultura de inovação que valorize a experimentação, o feedback contínuo e a participação ativa de estudantes e demais atores envolvidos. É fundamental que os processos de formulação e avaliação sejam permeados pelo conceito de aprendizagem contínua, permitindo ajustes em tempo real às demandas emergentes da comunidade acadêmica. Além disso, investir na capacitação de equipes, desenvolver parcerias com inovação social e tecnológica, e promover ambientes de cooperação intersetorial poderão garantir maiores níveis de efetividade e perenidade das políticas públicas de assistência estudantil.

Finalmente, as reflexões finais reforçam que o sucesso na implementação de políticas de assistência estudantil inovadoras está intrinsecamente ligado à capacidade de gestores de adotar uma postura flexível, criativa e colaborativa. A mudança cultural deve caminhar junto ao desenvolvimento de competências específicas e à incorporação de novas ferramentas que possam dinamizar a gestão. Apenas assim será possível construir um ambiente educacional mais inclusivo, resiliente e capaz de responder às complexidades do século XXI, promovendo não só o bem-estar dos estudantes, mas também o fortalecimento do próprio sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Pedro; MENDONÇA, Letícia; BRANDALISE, Isabella. Políticas Públicas e Design Thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. In: CAVALCANTE, Pedro (org.). **Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia**. Brasília: Instituto



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. p. 1-26. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FERRAREZI, Elisabete; LEMOS, Joselene. **Imersão Ágil: checagem de realidade em políticas públicas**. GNova – Laboratório de Inovação em Governo, 2018.

KOERICH, G. V.; ALPERSTEDT, G. D. **A contribuição da design research para a resolução de problemas complexos na administração pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 52, n. 5, p. 956-970, set./out. 2018.

MARKONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.